



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO

ANEXO

GABARITO

Questão	
1	D
2	C
3	A
4	Anulada
5	E
6	C
7	A
8	B
9	D
10	C
11	C
12	B
13	C
14	C
15	A
16	A
17	C
18	B
19	E
20	C

Questão	
21	D
22	E
23	A
24	B
25	C
26	B
27	D
28	B
29	C
30	E
31	A
32	D
33	E
34	A
35	B
36	Anulada
37	E
38	B
39	D
40	C

RESULTADO PRELIMINAR COM CRITÉRIOS DE DESEMPATE

Candidato	Prova Objetiva	Pontos serviço voluntário	Total de Pontos	Período	Data de Nascimento	Nota Final
Jessilene Gonçalves Mota	29	10	39	4º	17/10/1994	7,8
Bárbara Ermília Brito de Sousa Costa	33	-	33	4º	10/02/1999	6,6
Luis Gustavo Fernandes Moreira	22	10	32	4º	04/06/1998	6,4
Kássia Hellen Gonçalves Monteiro	32	-	32	4º	23/02/1999	6,4
Verônica Lima dos Santos	32	-	32	3º	04/07/2000	6,4
Brena Sampaio Lacerda	31	-	31	3º	04/05/2000	6,2
Jeyson André de Lima Cruz	29	-	29	7º	12/03/1997	5,8
Anna Marta Silva Oliveira	29	-	29	7º	14/03/1997	5,8
João Lucas Solino Fonseca	29	-	29	4º	29/04/1998	5,8
Mariane de Lima Paiva Lopes	29	-	29	4º	03/09/1999	5,8
Cedrianny Karolayne Lima dos Santos	28	-	28	4º	23/03/1997	5,6
Fernando Martins de Oliveira	27	-	27	4º	07/01/2000	5,4
Hasller da Cunha Rodrigues	25	-	25	4º	03/05/1999	5,0



Documento assinado eletronicamente por **Norton Nil Lima Clarentino, Supervisor(a) de Seção**, em 29/07/2019, às 14:18 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **8609633** e o código CRC **4AE76115**.

Rua Frederico Leda, 1910 - Bairro Centro - CEP 65700-000 - Bacabal - MA - www.trf1.jus.br/sjma/

0002655-48.2019.4.01.8007

8609633v9



Nome: _____

Assinatura: _____

1. Nesta prova constam 40 (quarenta) questões objetivas. Confira antes de iniciá-la.
2. Não é permitido qualquer tipo de consulta.
3. Esta é a única *folha de respostas* para marcação das questões objetivas onde não serão computadas aquelas com rasuras.
4. Tempo de duração da prova: 3h (três horas).
5. O gabarito preliminar da parte objetiva da prova será divulgado a partir das 15 horas do dia 29 de julho de 2019 no site <http://portal.trf1.jus.br/sjma/concursos/estagios/estagios.htm> e na sede da Subseção Judiciária de Bacabal.

Questão	A	B	C	D	E
1	A	B	C	D	E
2	A	B	C	D	E
3	A	B	C	D	E
4	A	B	C	D	E
5	A	B	C	D	E
6	A	B	C	D	E
7	A	B	C	D	E
8	A	B	C	D	E
9	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E

Questão	A	B	C	D	E
21	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E
26	A	B	C	D	E
27	A	B	C	D	E
28	A	B	C	D	E
29	A	B	C	D	E
30	A	B	C	D	E
31	A	B	C	D	E
32	A	B	C	D	E
33	A	B	C	D	E
34	A	B	C	D	E
35	A	B	C	D	E
36	A	B	C	D	E
37	A	B	C	D	E
38	A	B	C	D	E
39	A	B	C	D	E
40	A	B	C	D	E



DIREITO CONSTITUCIONAL

1. No que tange ao poder judiciário, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) é obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento.
- b) Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- c) Os juízes gozam das garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio.
- d) O Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais Superiores têm jurisdição em todo o território nacional.
- e) Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura.

2. Aos juízes federais compete processar e julgar:

- a) causas que versem sobre acidentes de trabalho.
- b) causas que versem sobre falência.
- c) os crimes contra a organização do trabalho.
- d) as causas em que Sociedades de Economia Mistas Federais forem interessadas.
- e) os crimes políticos, incluídas as contravenções.

3. A Constituição de 1988, em seu artigo 194, parágrafo único, assevera que compete ao poder público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos, **EXCETO**:

- a) universalidade da cobertura e uniformidade do atendimento.
- b) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- c) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- d) equidade na forma de participação no custeio.
- e) caráter democrático e descentralizado

da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados.

4. A Constituição Federal de 1988, nos artigos 196 e 198, da Seção II - Da Saúde, introduziu a garantia dos preceitos universalistas e democráticos. Tais preceitos tratam, respectivamente, de:

- a) intersetorialidade / movimentos populares.
- b) assistência integral / controle social.
- c) equidade / participação social.
- d) direito para todos / participação da comunidade.
- e) Equidade/participação social.

DIREITO CIVIL

5. Assinale a **ÚNICA** alternativa que traz uma hipótese de cessação da incapacidade civil para os menores.

- a) Gravidez;
- b) Ingresso em Curso técnico ou Superior;
- c) Pela concessão de um dos pais, na falta do outro, dependendo de homologação judicial;
- d) Pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos não tenha economia própria.
- e) Pelo exercício de emprego público efetivo.

6. No que tange à incapacidade para a prática de atos da vida civil, assinale a alternativa **INCORRETA** :

- a) Os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos são relativamente incapazes;
- b) Os menores de dezesseis anos são absolutamente incapazes;
- c) Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade são absolutamente incapazes;
- d) Os pródigos são relativamente incapazes
- e) Os ébrios habituais são relativamente



incapazes

7. Não se configura como hipótese de interrupção da prescrição:

- a) A pendência de ação de evicção;
- b) O protesto cambial;
- c) Qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;
- d) O despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual;
- e) A apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou em concurso de credores

8. Em relação ao Domicílio, assinale a assertiva correta:

- a) Quanto às pessoas jurídicas, o domicílio dos Estados e Territórios é o Distrito Federal;
- b) Quanto às pessoas jurídicas, o domicílio do Município é o lugar onde funcione a administração municipal;
- c) Não têm domicílio necessário o incapaz e o servidor público;
- d) Não é domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida;
- e) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo provisório.

9. Quanto à Decadência, assinale a assertiva **INCORRETA**:

- a) É nula a renúncia à decadência fixada em lei;
- b) Deve o juiz, de ofício, conhecer da decadência, quando estabelecida por lei;
- c) Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação;
- d) É facultado ao juiz reconhecer, de ofício, a decadência, quando estabelecida por lei;
- e) Salvo disposição legal em contrário, não se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.

DIREITO PENAL

10. Considera-se o crime praticado no momento

- a) da ação ou omissão ou resultado
- b) da ação, como regra, e no momento do resultado, para os casos de omissão.
- c) da ação ou omissão.
- d) da constatação pela autoridade policial.
- e) do resultado.

11 No concurso de pessoas,

- a) se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste, essa pena será aumentada de $\frac{3}{5}$ a $\frac{2}{3}$, no caso de ser sido previsível o resultado mais grave.
- b) quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua periculosidade social.
- c) não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.
- d) o acerto, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega a ser consumado.
- e) se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída até metade.

12. No caso do concurso de pessoas, se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave, essa pena será aumentada até

- a) um terço.
- b) a metade
- c) dois terços.
- d) o dobro.
- e) um sexto.

13. São causas extintivas da punibilidade

- a) a decadência e a desistência voluntária.
- b) a perempção e o arrependimento eficaz.
- c) o perdão aceito nos crimes de ação penal privada e a graça.
- d) a prescrição e o sursis.
- e) a morte e o oferecimento do perdão pelo



ofendido nos crimes de ação penal privada.

14. O Artigo 109 do Código Penal brasileiro prevê que “A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto no § 1o do art. 110 deste Código, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime”. Marque a alternativa que corresponde aos prazos prescricionais anuais, máximos e mínimos, respectivamente, previstos nesse dispositivo:

- a) 16 e 12
- b) 15 e 2
- c) 20 e 3
- d) 25 e 3
- e) 30 e 8

LEI DE EXECUÇÃO FISCAL - LEI N. 6.830/1980

15. De acordo com a Lei de Execução Fiscal nº 6.830/80, o executado será citado para:

- a) pagar ou garantir a execução, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data em que for efetivada a sua citação.
- b) contestar a ação, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da juntada do mandado de citação aos autos do processo.
- c) pagar ou garantir a execução, no prazo de 03 (três) dias, contados da data em que for efetivada a sua citação.
- d) contestar a ação, no prazo de 03 (três) dias, contados da data em que for efetivada a sua citação.
- e) pagar ou garantir a execução, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da juntada do Aviso de Recepção (AR) aos autos do processo.

16. Considerando o procedimento da execução fiscal, assinale a alternativa correta no que tange à citação.

- a) Sendo pelo correio, caso o aviso de recepção não retorne no prazo de 15 (quinze) dias da entrega da carta à agência postal, a citação será feita por Oficial de Justiça ou por edital.
- b) O executado será citado para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e demais encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou para garantir

a execução.

c) A citação pelo correio considera-se efetivada na data da juntada aos autos do Aviso de Recepção (AR).

d) Não é admitida a citação por edital em execução fiscal, ainda que frustradas as demais modalidades.

e) O despacho do Juiz, que ordenar a citação, não interrompe a prescrição.

17. O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Maranhão – CREA/MA ajuizou uma execução fiscal em face de Augusto para pagamento da dívida referente a anuidades dos anos de 2007 a 2012 não pagas ao referido conselho profissional. Citado para pagar a dívida, Augusto pretende impugnar tal cobrança por meio de embargos à execução. De acordo com a Lei nº 6.830/80, tais embargos poderão ser apresentados dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados apartir:

- a) da juntada aos autos do mandado de penhora devidamente cumprido.
- b) da data de sua citação.
- c) da data da intimação da penhora.
- d) da data da propositura da execução fiscal.
- e) da data da devolução da Carta Precatória devidamente cumprida

18. Com base no que dispõe a Lei nº 6.830/1980, julgue os itens abaixo:

I - Na execução fiscal, a dívida executada, definida, exclusivamente, como tributária, abrange atualização monetária, juros e multa de mora; a dívida não tributária não integra a dívida ativa da fazenda pública.

II - Os embargos na execução fiscal independem da garantia da execução e, em regra, não têm efeito suspensivo.

III - na hipótese de não localização de bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição quinquenal intercorrente, nos termos do art. 40 da LEF.

IV - A exceção de pré-executividade não é cabível em execução fiscal, nem mesmo em relação às matérias conhecíveis de ofício e que não demandam dilação probatória.

V - A Fazenda Pública, na execução fiscal, poderá substituir a Certidão da Dívida Ativa até a prolação da sentença de embargos,



quando se tratar de correção de erro material e formal, vedada a modificação do sujeito passivo da execução.

Estão corretos, apenas:

- a) I e III
- b) III e V
- c) I e V
- d) II, IV e V
- e) II e IV

19. Segundo a Lei nº 6830/80, a execução fiscal poderá ser promovida contra, **EXCETO**:

- a) os sucessores a qualquer título.
- b) o espólio.
- c) o devedor.
- d) o fiador.
- e) o depositário.

DA SEGURIDADE SOCIAL

20. Relativamente aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, é correto afirmar que:

- a) O valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de 20% (vinte por cento).
- b) A aposentadoria por idade será devida ao segurado que, cumprida a carência exigida na Lei, completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta), se mulher.
- c) A aposentadoria por tempo de serviço será devida, cumprida a carência exigida nesta Lei, ao segurado que completar 25 (vinte e cinco) anos de serviço, se do sexo feminino, ou 30 (trinta) anos, se do sexo masculino.
- d) O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.
- e) O salário-maternidade é devido à segurada da Previdência Social, durante 180 (cento e oitenta) dias, com início no período entre 28 (vinte e oito) dias antes do parto e a data de ocorrência deste, observadas as situações e

condições previstas na legislação no que concerne à proteção à maternidade.

21. No que concerne aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, é correto afirmar que:

- a) A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data do óbito, quando requerida em até 120 (cento e vinte) dias após o óbito, para os filhos menores de 16 (dezesesseis) anos, ou em até 90 (noventa) dias após o óbito, para os demais dependentes.
- b) A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, desde que aposentado, a contar da data da decisão judicial, no caso de morte presumida.
- c) Não perde o direito à pensão por morte o condenado criminalmente por sentença com trânsito em julgado, como autor, coautor ou partícipe de homicídio doloso, ou de tentativa desse crime, cometido contra a pessoa do segurado, ressalvados os absolutamente incapazes e os inimputáveis.
- d) Perde o direito à pensão por morte o cônjuge, o companheiro ou a companheira se comprovada, a qualquer tempo, simulação ou fraude no casamento ou na união estável, ou a formalização desses com o fim exclusivo de constituir benefício previdenciário, apuradas em processo judicial no qual será assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- e) A concessão da pensão por morte será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente, e qualquer inscrição ou habilitação posterior que importe em exclusão ou inclusão de dependente só produzirá efeito a contar da data da inscrição ou habilitação.

22. Em relação ao benefício de auxílio-doença previsto na Lei 8.213/91, marque a alternativa **INCORRETA**:

- a) O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze)



dias consecutivos.

- b) Não será devido o auxílio-doença para o segurado recluso em regime fechado.
- c) O segurado em gozo de auxílio-doença na data do recolhimento à prisão terá o benefício suspenso.
- d) Em caso de prisão declarada ilegal, o segurado terá direito à percepção do benefício por todo o período devido.
- e) O segurado recluso em cumprimento de pena em regime aberto ou semiaberto não terá direito ao auxílio-doença.

23. Tendo em vista o regramento legal acerca do benefício de aposentadoria por invalidez, marque a assertiva correta:

- a) A concessão de aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição de incapacidade mediante exame médico-pericial a cargo da Previdência Social, podendo o segurado, às suas expensas, fazer-se acompanhar de médico de sua confiança.
- b) A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez, mesmo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.
- c) Durante os primeiros vinte dias de afastamento da atividade por motivo de invalidez, caberá à empresa pagar ao segurado empregado o salário.
- d) O segurado aposentado por invalidez não poderá ser convocado a qualquer momento para avaliação das condições que ensejaram o afastamento ou a aposentadoria, concedida judicial ou administrativamente, observado o disposto no art. 101 da Lei 8.213/91.
- e) O aposentado por invalidez que retornar voluntariamente à atividade não terá sua aposentadoria automaticamente cancelada, a partir da data do retorno.

24. Analise os itens a seguir referentes à Lei 8.742/93.

I – São princípios da assistência social: supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade

econômica e primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

II - A organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes: descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo; participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; e primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

III - A assistência social rege-se, dentre outros, pelos seguintes princípios: igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais; e divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Tendo em vista os itens acima, marque a resposta correta:

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Apenas os itens II e III estão corretos.
- c) Apenas o item I está correto.
- d) Os itens I e III estão corretos.
- e) Todos os itens estão incorretos.

25. Acerca da acumulação dos benefícios da previdência social, ressaltando os casos de direito adquirido, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Não é permitido o acúmulo de mais de um auxílio-acidente.
- b) Há limite para o acúmulo de aposentadorias.
- c) São permitidas, no máximo, duas pensões deixadas por cônjuge ou companheiro, ressalvado o direito de opção pela mais vantajosa.
- d) Não é permitido o acúmulo de salário-maternidade e auxílio-doença.
- e) Não é permitido o recebimento conjunto dos benefícios de aposentadoria e auxílio-



doença.

26. Tendo em vista as disposições referentes à Lei 8.213/91, marque a assertiva correta.

- a) A concessão de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez exige como período de carência 10 (dez) contribuições mensais.
- b) A concessão de aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de serviço e aposentadoria especial exige como período de carência 180 contribuições mensais.
- c) Independe de carência a concessão de pensão por morte e salário maternidade.
- d) A concessão de auxílio-reclusão exige como período de carência 26 (vinte e seis) contribuições mensais.
- e) Independe de carência a concessão de aposentadoria por idade e salário-família.

PROCESSO CIVIL

27. Assinale a alternativa **INCORRETA**, acerca da representação em juízo:

- a) a União será representada em juízo pela Advocacia-Geral da União, diretamente ou mediante órgão vinculado.
- b) o Município será representado por seu prefeito ou procurador.
- c) a herança jacente ou vacante será representada por seu curador.
- d) O espólio será representado pelo administrador judicial.
- e) a pessoa jurídica será representada por quem os respectivos atos constitutivos designarem ou, não havendo essa designação, por seus diretores.

28. Sobre os procuradores, marque a alternativa correta:

- a) O advogado tem direito a examinar, em cartório de fórum e secretaria de tribunal, mesmo sem procuração, autos de qualquer processo, independentemente da fase de tramitação, assegurados a obtenção de cópias e o registro de anotações, mesmo na hipótese de segredo de justiça.
- b) Sendo o prazo comum às partes, os procuradores poderão retirar os autos somente

em conjunto ou mediante prévio ajuste, por petição nos autos.

c) O advogado não será admitido a postular em juízo sem procuração, salvo para evitar preclusão, decadência ou prescrição, ou para praticar ato considerado urgente, hipóteses nas quais deverá exibir o respectivo instrumento de procuração no prazo de 05 (cinco) dias.

d) é lícito ao procurador retirar os autos para obtenção de cópias, pelo prazo de 12 (doze) a 24 (vinte e quatro) horas, independentemente de ajuste e sem prejuízo da continuidade do prazo.

e) A procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular assinado pela parte, habilita o advogado a praticar todos os atos do processo, inclusive para assinar declaração de hipossuficiência econômica.

29. Os atos processuais:

I - São públicos, todavia tramitam em segredo de justiça os processos que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes.

II - Podem ser total ou parcialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico, na forma da lei.

III - Serão realizados na sede do juízo, não podendo sua prática ocorrer em outro local.

Está correto o que se afirma:

- a) I
- b) II
- c) I e II
- d) I e III
- e) I, II e III

30. De acordo com o Código de Processo Civil:

a) Suspende-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, hipótese na qual os juízes e os auxiliares da Justiça não exercerão suas atribuições.

b) Havendo mais de um citado, o prazo para



cada um é contado individualmente.

c) Será expedida carta precatória para que órgão jurisdicional estrangeiro pratique ato de cooperação jurídica internacional, relativo a processo em curso perante órgão jurisdicional brasileiro.

d) A citação será feita, em regra, por oficial de justiça.

e) Considera-se como data de publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico.

31. Acerca das audiência de conciliação e de instrução, marque a alternativa **INCORRETA**:

a) O não comparecimento injustificado do réu à audiência de conciliação importa em revelia.

b) O juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.

c) Poderá haver mais de uma sessão destinada à conciliação e à mediação, não podendo exceder a 2 (dois) meses da data de realização da primeira sessão, desde que necessárias à composição das partes.

d) As provas orais serão produzidas em audiência, ouvindo-se nesta ordem, preferencialmente: o perito e os assistentes técnicos; o autor e, em seguida, o réu; e as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu.

e) Finda a instrução, o juiz dará a palavra ao advogado do autor e do réu, bem como ao membro do Ministério Público, se for o caso de sua intervenção, sucessivamente, pelo prazo de 20 (vinte) minutos para cada um, prorrogável por 10 (dez) minutos, a critério do juiz.

32. Sobre o procedimento dos Juizados Especiais estabelecido pela Lei nº 9.099/95, é correto afirmar:

a) O recurso será interposto no prazo de quinze dias, contados da ciência da sentença, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.

b) Admite citação por edital.

c) A extinção do processo dependerá, em

qualquer hipótese, de prévia intimação pessoal das partes.

d) A sentença mencionará os elementos de convicção do Juiz, com breve resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência, dispensado o relatório.

e) Tendo em vista o princípio da celeridade, a contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, para a prática de qualquer ato processual, inclusive para a interposição de recursos, será em dias corridos.

33. Assinale a alternativa que contém uma ação de competência do Juizado Especial Federal.

a) mandado de segurança.

b) desapropriação.

c) execução fiscal.

d) ação para a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal que impõe multa de trânsito.

e) ação para a anulação de lançamento fiscal promovido pela União.

PROCESSO PENAL

34. São características do inquérito policial:

a) Procedimento preparatório, formal, escrito, inquisitorial e instrutor, sigiloso, dispensável, sistemático, unidirecional.

b) Processo preparatório, material, escrito ou verbal, inquisitorial, sigiloso com exceções, indispensável, sistêmico, bidirecional.

c) Procedimento preparatório, material, instrutor, sigiloso mitigado, dispensável, sistemático, bidirecional.

d) Processo preparatório, formal, escrito, inquisitorial, sigiloso, dispensável, sistêmico, bidirecional.

e) Procedimento preparatório, informal, escrito, inquisitorial e instrutor, sigiloso, dispensável, sistemático, bidirecional.



35. A notícia criminis:

- a) é a divulgação pela imprensa da ocorrência de um fato criminoso.
- b) pode chegar ao conhecimento da autoridade policial através da prisão em flagrante.
- c) torna obrigatória a instauração de inquérito policial para apuração do fato delituoso.
- d) implica sempre no indiciamento de quem foi indicado como provável autor da infração penal.
- e) é a comunicação formal ou anônima da prática de um crime levada à imprensa falada, televisada ou escrita.

36. Sobre o tema Ação Penal, analise as afirmativas a seguir:

I. Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública.

II. A representação será irretratável, depois de recebida a denúncia.

III. O Ministério Público não poderá desistir da ação penal.

Estão corretas as afirmativas

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) Todas estão corretas.

37. No que se refere à ação penal, é correto afirmar:

- a) A denúncia ou queixa não será rejeitada quando faltar pressuposto processual.
- b) A ação penal pública condicionada, para ser exercida, depende de requerimento do ofendido.
- c) A ação penal privada rege-se, entre outros, pelo princípio da indisponibilidade.
- d) O princípio da indivisibilidade não se aplica à ação penal pública; aplica-se somente à ação penal privada e à ação penal privada subsidiária da pública.
- e) A justa causa para o exercício da ação penal

significa a exigência de um lastro mínimo de prova.

38. Na ação penal privada exclusiva, o perdão do ofendido:

- a) depende da aceitação do Ministério Público.
- b) só pode ocorrer após o recebimento da queixa.
- c) não pode ser tácito, exigindo-se que seja sempre formulado de forma expressa.
- d) implica redução da pena, mas não acarreta a extinção da punibilidade.
- e) concedido a um dos querelados aproveitará a todos, mesmo em relação aquele que o recusar.

INFORMATIZAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL

39. Considerando a lei 11.419/2006, que trata sobre a informatização do processo judicial, julgue os itens como verdadeiro (V), ou falso (F).

() A publicação eletrônica substitui qualquer outro meio e publicação oficial, para quaisquer efeitos legais, à exceção dos casos que, por lei, exigem intimação ou vista pessoal.

() Os prazos processuais terão início no primeiro dia útil que seguir ao considerado como data da publicação.

() As cartas precatórias, rogatórias, de ordem e, de um modo geral, todas as comunicações oficiais que transitem entre órgãos do Poder Judiciário, bem como entre os deste e os dos demais Poderes, serão feitas obrigatoriamente por meio eletrônico.

() As citações, inclusive da Fazenda Pública, incluídas as dos Direitos Processuais Criminal e Infracional, poderão ser feitas por meio eletrônico, desde que a íntegra dos autos seja acessível ao citando.

() O envio de petições, de recursos e a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico serão admitidos mediante uso de



assinatura eletrônica, na forma do art. 1º desta Lei, sendo prescindível o credenciamento prévio no Poder Judiciário, conforme disciplinado pelos órgãos respectivos.

() Quando o ato processual tiver que ser praticado em determinado prazo, por meio de petição eletrônica, serão considerados tempestivos os efetivados até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia.

- a) V V V F V F
- b) F F V F V F
- c) F V F F V V
- d) V V F F F V
- e) V V F V F V

40. Julgue os itens abaixo:

I- A conservação dos autos do processo poderá ser efetuada total ou parcialmente por meio eletrônico.

II- A digitalização de autos em mídia não digital, em tramitação ou já arquivados, será precedida de publicação de editais de intimações e da intimação pessoal das partes e de seus procuradores, para que, no prazo

preclusivo de 30 (trinta) dias, se manifestem sobre o desejo de manterem pessoalmente a guarda de algum dos documentos originais.

III- Os extratos digitais e os documentos digitalizados e juntados aos autos pelos órgãos da Justiça e seus auxiliares, pelo Ministério Público e seus auxiliares, pelas procuradorias, pelas autoridades policiais, pelas repartições públicas em geral e por advogados públicos e privados têm a mesma força probante dos originais, ressalvada a alegação motivada e fundamentada de adulteração antes ou durante o processo de digitalização.

IV- Os autos dos processos eletrônicos deverão ser protegidos por meio de sistemas de segurança de acesso e armazenados em meio que garanta a preservação e integridade dos dados, sendo dispensada a formação de autos suplementares.

- a) Todos os itens são verdadeiros;
- b) Os itens II e III são falsos;
- c) Apenas o item II é falso;
- d) Apenas o item IV é verdadeiro;
- e) Todos os itens são falsos.